



A vida por uma pauta: O jornalismo investigativo pelo documentário: Tim Lopes: Histórias de Arcanjo¹

Atanes Paula Casado Zago²
Fabio Luis Rockenbach³

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS

Resumo

Esta é uma pesquisa em andamento. O seguinte trabalho trata do jornalismo investigativo inserido no documentário: Tim Lopes, histórias de arcanjo. Através do estudo descritivo-analítico pretende-se responder se de fato, pela visão do documentário, Tim Lopes seguiu regras de conduta jornalística. Para atingir tal objetivo, a pesquisa tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise dos conceitos que envolvem o assunto.

Palavras-chave

documentário; jornalismo investigativo; regras de conduta; Tim Lopes.

1 INTRODUÇÃO

“Não vale a pena, sob razão alguma, correr risco de morte para tocar uma pauta”
(FORTES, 2005. p.42)

Esta é uma pesquisa em andamento. O jornalismo investigativo tanto no Brasil quanto no resto do mundo, tem uma relevante importância para a sociedade, pois é através dele que inúmeros crimes são descobertos pela atuação da imprensa. Alguns casos se tornam inesquecíveis e marcantes, como *Watergate*, um dos maiores do jornalismo investigativo no mundo (que foi a invasão aos escritórios do Partido Democrata Americano em *Washington* no edifício *Watergate*). O incidente aconteceu em 1972 e depois de dois anos de investigação o resultado foi a renúncia do Presidente Richard Nixon. A invasão aconteceu durante a campanha eleitoral e, mesmo com provas que ligavam ao comitê de Nixon, o presidente ainda foi reeleito. O trabalho de investigação foi fruto de dois repórteres do jornal *The Washington Post*.

¹ Trabalho apresentado no IJ 1- Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015

² Acadêmica do curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo



A abrangência do trabalho do jornalista investigativo se tornou uma técnica para a descoberta de governos corruptos, fraudes, grandes roubos entre outros crimes. Quando o profissional faz o trabalho de autoridades que realmente são encarregadas do assunto, ele se pode se tornar muito mais um investigador do que um jornalista. Nesse processo, o jornalista investigativo pode fazer uso de diversas técnicas diferentes para analisar cada caso e muitos dispõem de câmeras escondidas, gravadores disfarces e outros.

Os riscos para essa profissão são inúmeros. Um dos maiores jornalistas investigativos do Brasil morreu quando trabalhava em uma investigação jornalística. Arcanjo Antonio Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, era repórter investigativo da Rede Globo de Televisão e estava fazendo uma reportagem sobre o mercado das drogas em uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. Tim filmava horas antes de um baile que começaria às 23 horas e depois de ser identificado como jornalista, ele sofreu com a violência dos bandidos. Ele levou tiros nos pés para não conseguir fugir, as mãos foram amarradas e ele foi colocado dentro do porta malas de um carro e levado para o traficante que controlava as drogas na favela. Tim morreu queimado junto com pneus de carros. No ano de 2001, ele recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem “Feira das Drogas”, veiculada na Rede Globo de Televisão.

Por ter tamanha repercussão no meio profissional e na sociedade, o tema a partir de seus desdobramentos justifica-se relevante para pesquisa. O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal mostrar de que forma o documentário: Tim Lopes – Histórias de Arcanjo do diretor Guilherme Azevedo, 2013 traz a aplicação ou não das regras básicas. O mesmo será analisado a partir das regras de conduta apontadas no Código de Ética Jornalística e na literatura especializada. O problema de pesquisa que o estudo busca responder, a partir do surgimento do interesse por esse tema, é mostrar se o jornalista Tim Lopes seguiu as regras de conduta apresentadas na referencias já citadas. Para isso serão estudados diferentes autores do jornalismo investigativo, como Hugo de Burgh e Leandro Fortes. Também serão estudados artigos que falam do jornalismo investigativo no Brasil e essa área do jornalismo na televisão. Após esse estudo será analisado o documentário que narra a vida e os últimos momentos de Tim antes de morrer vítima de traficantes no Rio de Janeiro.

O segundo capítulo deste trabalho buscará reunir as definições da literatura especializada para o jornalismo investigativo e suas regras de conduta, bem como os



aspectos mais perigosos da profissão, complementados pela compreensão e conhecimento do Código de ética Jornalística. Também estudaremos o jornalismo investigativo no Brasil e na televisão. Os autores estudados neste capítulo são, Leandro Fortes e Hugo de Burgh, bem como o Manual do Jornalismo Investigativo da Unesco e o Código de Ética Jornalística.

O terceiro capítulo compreende a descrição metodológica e a análise de conteúdo do documentário: “Tim Lopes, História de Arcaño (AZEVEDO, Guilherme. 2013). Onde vão ser observadas a aplicação e/ou erros demonstrados pelo produto audiovisual na atuação do repórter durante do exercício da profissão.



2 DEFINIÇÕES DE JORNALISMO INVESTIGATIVO

Colocar políticos na prisão, iniciar procedimentos jurídicos, revelar erros da justiça e denunciar corporações. É esse o trabalho de um jornalista que investiga. Que pode soar um pouco redundante, pois todo jornalista investiga. Mas nesse caso não se trata do profissional que espera das fontes oficiosas uma resposta, e sim que aquele que vai a busca das suas próprias respostas. Para Fortes (2005, p.15) não é apenas o ofício de se publicar uma notícia, mas sim o resultado de uma atividade investigativa que demanda certa apuração. A perspectiva de coroar o noticiário, ainda segundo Fortes (2005), é de grande diferença do noticiário diário. A função do jornalista investigativo é a função que já foi associada ao furo e que nos dias atuais já não existe mais apenas para o essa área do jornalismo e sim para todos os jornalistas. Esse quadro é o resultado do surgimento de novas mídias, principalmente as digitais. Um dos exemplos é a do jornalismo *online*, onde o veículo que der o furo primeiro tem vantagem sobre os demais. Modelo esse que motivou muitos veículos com páginas *online* a viabilizar publicações inéditas.

No Brasil, muitos jornalistas buscam ter *status* na divulgação de matérias que eles acreditam serem investigativas. Fortes cita o fato de que, para ele, nem todas as matérias veiculadas são investigativas, apesar de os profissionais colocarem esse selo em boa parte delas. Dessa forma o autor conclui que não é por outra razão que o jornalismo investigativo no Brasil está atrelado a escândalos e denúncias, mesmo sabendo que a maioria dessas matérias é construída pelo repasse de informações, sendo muito maior o mérito das fontes do que do repórter propriamente dito. O autor complementa dizendo que o que antes era uma corrida pelo furo hoje é a busca pelo rótulo. “Muitas das reportagens vendidas ao público como fruto de jornalismo investigativo [...] não passaram nem perto de uma investigação” (FORTES, p. 10).

Para Fortes (2005), o jornalista investigativo passou a ser visto como um herói pronto para desvendar os segredos da nação. Desta categoria praticamente policial surgiram entidades corporativas e organizações de jornalismo investigativo com o objetivo de sistematizar os comportamentos e manter uma troca de idéias voltadas ao



tema. No caso do Brasil a ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)⁴.

Assim como Fortes (2005), Burgh, também defende a ideia de que essa área da profissão busca descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer mídia disponível. Sendo que, “o noticiário [...] tem uma ampla e articulada série de valores que estabelecem o caráter de noticiabilidade” (BURGH, 2008. p.14), que diz quais fatos merecem ser destaque e o que deve ser escrito a respeito. Já as matérias investigativas são diferentes e podem nem estar relacionadas nessa pauta diária. Essas matérias investigativas envolvem assuntos que o jornalista investigativo insiste em dizer que todo o cidadão público deve saber. (BURGH, 2008).

Dizer que o jornalismo investigativo se apropria das categorias culturais, afirma Burgh, não significa depreciá-lo. Mesmo que o jornalismo investigativo seja menos autônomo ao mostrar coisas perigosas e inspirar mágoas morais do que a cultura popular nos tem feito acreditar, ele pode difundir idéias sobre o que pensar ou com o que se preocupar, influenciando nosso ponto de vista em relação a um fato ou uma publicação. Mesmo assim, a ideia de que o jornalista investigativo está sempre buscando a “realidade” não pode ser interpretada como absurdo em contraposição à noção de que não existe uma verdade absoluta e objetiva, mas sim o fato e suas versões, porque o que o jornalismo investigativo procura é a mais completa versão da realidade. (BURGH,2008)

Para o Hunter (2013), “o jornalismo investigativo expõe ao telespectador, leitor ou ouvinte questões ocultas deliberadamente por alguém em uma posição de poder” (HUNTER,2013. p. 8). A cobertura jornalística depende de materiais enviados por fontes, como polícia, governo, empresas e outros, já para o jornalista investigativo, é ele mesmo que procura as informações sem depender de ninguém. O *lead* passa a ser trabalhado de uma forma diferente e mais aprofundada. Por exemplo, o “que” não é meramente um evento e sim um fenômeno com causa e conseqüências.

Hunter também distingue no seu manual o jornalismo convencional do jornalismo investigativo, fazendo-o em três subgrupos: **Pesquisa, Relação de Fontes e Resultados**. Enquanto no jornalismo convencional as informações são reunidas e relatadas em um ritmo fixo (diário, semanal, mensal), no jornalismo investigativo as

⁴<http://www.abraji.org.br/>



informações não podem ser publicadas até que a **coerência** e **completude** estejam garantidas. Este é apenas um exemplo das diferenças.

O Manual também apresenta caminhos para ser um jornalista investigativo e fazer uma boa matéria investigativa. O primeiro deles é o uso da **hipótese**. A hipótese oferece para o autor algo a se verificar. Ela aumenta a chance de descobrir segredos, torna mais fácil o gerenciamento do projeto investigativo e é uma ferramenta que pode ser usada repetidas vezes. Praticamente, também, garante que você vai entregar uma história e não apenas uma massa de dados. Porém a hipótese também pode ser perigosa, se o jornalista quiser provar a qualquer custo que uma esta é verdadeira. Com evidências contrárias, ele se juntará as fileiras de mentirosos profissionais do mundo.

O segundo caminho proposto por Hunter é a **verificação**, ou seja, que qualquer fato que está registrado em algum lugar aberto ao público, está a sua disposição. Que mesmo sendo abertas, as informações não são velhas, inúteis ou já conhecidas. O jornalista investigativo, em suma, deve procurar pelo tipo de fonte que ele sempre vai usar novamente.

O terceiro caminho são as **fontes** humanas, ou as informações que conseguimos captar da mente das pessoas com o uso da emoção. As informações mais animadoras não estão nas fontes abertas, e sim nas guardadas na mente das pessoas. Não é uma tarefa fácil para o jornalista conseguir que as fontes falem sobre assuntos que são muito importantes para elas. Para isso é importante que se faça um mapeamento de todas as fontes que vão ser usadas. É importante que o jornalista dê um motivo para a fonte falar, elas devem ser motivadas a oferecer seu depoimento. A conversa com a fonte deve ser feita em lugar onde ela se sinta confortável para falar. O jornalista deve ter uma técnica de entrevista, é importante que ele saiba aonde quer chegar e o que deve perguntar.

O quarto caminho é a **organização** do projeto que está sendo construído. O profissional deve organizar seus documentos e manter tudo o que já usou; fazer conexões com arquivos em aberto, enumerar os documentos, arquivar, revisar e fazer cópias. A organização do projeto é importante. Sem ela o jornalista não consegue reunir as informações de forma correta. O jornalista não faz uma pesquisa e em seguida organiza para conseguir escrever; o jornalista enquanto vai pesquisando vai colocando as informações em uma ordem para que consiga escrever de uma maneira mais rápida e prática.



O quinto caminho é a **redação** da matéria. Não seja monótono, não tenha dúvidas do que está escrevendo e não seja grosseiro, seja duro. O jornalista não precisa ofender quem está denunciando, mesmo assim, precisa denunciar.

O sexto, caminho é o **controle**; que nada mais é do que a verificação dos fatos. O jornalista precisa escrever uma matéria com os fatos corretos e modificar os que não estão de acordo com o que foi passado. O jornalista precisa garantir que o tom da sua história seja justificado.

O sétimo caminho, por fim, é a **publicação**. É importante que o jornalista confira se a sua história está editada do modo correto e de que a história está anunciada propriamente pelas manchetes. É importante informar as fontes amigas sobre quando a matéria vai ao ar e preparar um comunicado da imprensa sobre sua história. E o principal é se certificar de que aonde a matéria vai ao ar, ela vai atingir a população interessada no assunto.

2.1 Regras de Conduta

De acordo com o Código de Ética Jornalística⁵, enquadrando-se no caminho de verificação proposto por Hunter, é direito de todo cidadão o acesso a informação pública. Esse acesso não pode ser impedido por sociedade alguma e nem manipulado. Portanto é dever do jornalista trazer essa realidade à população. O Código de Ética traz ainda alguns direitos e deveres de um profissional da comunicação, como: é compromisso fundamental do jornalista arcar com a verdade dos fatos, apurar os fatos e fazer a correta divulgação dos mesmos. O jornalista tem o dever de divulgar fatos de interesse público, buscar a liberdade de expressão e de pensamento e defender o livre exercício da profissão, assim como valorizar a profissão e defender os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O jornalista não pode, entre outras, passar a informação errada em troca de benefícios, concordar com a discriminação e impedir o livre debate. É responsabilidade do jornalista tudo o que o mesmo divulga. O jornalista deve ouvir sempre antes de divulgar, ele deve respeitar as pessoas citadas nas informações, além disso, o profissional deve permitir o direito de resposta.

Estes são apenas alguns dos direitos e deveres propostos pelo Código De Ética Jornalística, e é a partir dele que as regras de conduta são levadas em consideração pelo

⁵ Anexo 1



profissional de jornalismo e pelos veículos de informação no país, portanto, alguns autores trazem essas regras como um passo a ser seguido pelo jornalista investigativo.

Fortes (2008) traz as técnicas usadas pelo jornalista investigativo. Ele acredita que essas técnicas são muito parecidas, tanto para jornalistas como para o jornalista investigativo, são elas: a pesquisa minuciosa, paciência e concentração, insistência e perseverança, atenção especial, entrevistas, conhecimento policial básico, curiosidade e desconfiança, discrição, checar, libertar-se de preconceitos, arquivos bem organizados, frieza, objetividade e precisão, lealdade ao leitor, coragem e responsabilidade, respeito às fontes, clareza e simplicidade. Destas, vamos nos ater a um olhar mais apurado nas seguintes características

a) Pesquisa Minuciosa:

A pesquisa minuciosa deve ser feita de cada nuance dos fatos e olhar crítico. O repórter investigativo precisa ter um olho que suplante a pura curiosidade, assumir um quê de detetive. É preciso que esse jornalista busque outras fontes além das oficiais e óbvias e que nunca deixe de lado uma informação só porque seu chefe não deu a devida atenção a ela. O jornalista investigativo deve dar importância aos menores fatos de uma matéria e aos detalhes. Buscar outras fontes além das oficiais e óbvias e pesquisar tudo o que encontrar. “O olho do repórter é que vai descobrir por entre qual brecha se pode chegar à notícia” (FORTES, 2005. p. 36)

b) Insistência e Perseverança:

A insistência e a perseverança podem ser a partir de informações fragmentadas ou da própria intuição. Muitas coisas que são ocultadas por autoridades são notícia. É por esse motivo que o jornalista não deve esperar informações de quem está sendo investigado ou de pessoas próximas. (FORTES, 2005)

c) Curiosidade e Desconfiança:

Ser curioso e desconfiado, essas características precisam andar sempre de mãos dadas em uma investigação jornalística. O jornalista não pode acreditar em tudo o que é publicado por outros veículos, seja qual for e por maior que seja o nome, nunca pode confiar. Fortes ainda afirma que:

A curiosidade é que leva o homem a olhar um buraco escuro no chão. A desconfiança é o que impede de meter a mão sem antes pesquisar o que tem dentro. (FORTES, 2008. p. 39)



O jornalista investigativo, muito mais do que as outras áreas do jornalismo, precisa desconfiar sempre, independente da fonte que ele recebeu a informação. As fontes mais confiáveis podem ser as que mais têm coisas a esconder.

d) Discrição:

Ser discreto é a chave de uma reportagem de sucesso. O jornalista investigativo deve caminhar pela sombra, não ser conhecido, não se deixar fotografar e falar o mínimo possível ao telefone. O repórter não deve se inserir socialmente na vida das fontes. A checagem precisa ser feita toda vez que o jornalista achar que a informação está estranha, imprecisa ou óbvia demais. (FORTES, 2008).

e) Coragem e Responsabilidade:

A coragem e a responsabilidade; o jornalismo investigativo é uma atividade de risco, a coragem precisa vir em primeiro lugar, mas a responsabilidade de saber até onde ir é essencial. “Não vale a pena, sob razão alguma, correr risco de morte para tocar uma pauta.” (FORTES, 2005. p. 42) O respeito às fontes é a chave que abre as portas e os caminhos para outras informações e outras fontes. (FORTES, 2008)

f) Clareza e Simplicidade:

E para finalizar, Fortes acredita na clareza e simplicidade. Elas devem ser a pauta maior de um texto e de uma edição. Se a reportagem é feita para o leitor, ele precisa entender o que está escrito e não decifrar códigos. (FORTES, 2008)

2.2 Jornalismo Investigativo no Brasil

Para Solano (2010), é difícil definir o momento exato que as reportagens investigativas começaram a aparecer no Brasil. Isso levaria a um aprofundamento gigante das reportagens no país para determinar se as reportagens mais antigas carregavam traços do jornalismo investigativo. Alguns exemplos foram encontrados em reportagens produzidas durante o século XX, que possuem pelo menos algumas características do jornalismo investigativo. (NASCIMENTO, 2010. p. 40).

Os poucos que se distanciaram do governo na época da ditadura e continuaram fazendo jornalismo investigativo foram presos, torturados, exilados ou mortos. Porém o ambiente proporcionado pela redemocratização trouxe de volta o jornalismo investigativo, o que só foi desenvolvendo e fortalecendo esse tipo de jornalismo no



Brasil. Solano (2010) acrescenta que esse jornalismo que pode ter prejudicado a imagem da democracia no país, mostraria nos anos seguintes torturas e execuções praticadas por militares. O *boom* do Jornalismo Investigativo na América do Sul começou com o clima de busca pela verdade pelos crimes cometidos na Ditadura Militar. (NASCIMENTO, 2010.)

Para Fortes (2005) assim como para Nascimento (2010), no Brasil, o jornalismo investigativo precisou esperar o fim da Ditadura Militar para acontecer. Com o início da redemocratização os jornalistas brasileiros começaram a respirar e puderam seguir atrás da melhor notícia; aquela que está escondida. (FORTES, 2005. p. 10)

Corteze (2015) traz um exemplo de quando o jornalismo investigativo apareceu no Brasil. Foi no ano de 1976, quando o jornal O Estado de São Paulo publicou uma série de matérias com o título: “Assim vivem os nossos superfuncionários”, série de reportagens que mostrou a mordomia de ministros e funcionários da corte que vivia em Brasília e capitais federais no Regime Militar. (CORTEZE, 2015. p. 662)

Dentro deste contexto histórico, uma das pioneiras do Jornalismo Investigativo no Brasil foi a revista Realidade, antecessora da revista Veja, que foi publicada de 1966 a 1976. A revista foi uma inovação pelo modelo como trazia as reportagens e tinha como característica principal fugir do óbvio. Os textos da revista possuíam temáticas investigativas e denunciastas e as abordavam em profundidade.

2.3 Jornalismo Investigativo x Jornalismo de Investigações

O jornalismo investigativo e o jornalismo de investigações são modelos diferentes e para distinguir os dois tipos, basta prestar atenção em detalhes simples. O investigativo é aquele em que o jornalista investigou todas as informações por conta própria; é um trabalho ativo de investigação do repórter. Já o de investigações é onde existe o repasse de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, aquele onde a reportagem é feita em cima de investigações de órgãos oficiais.

Nascimento (2010) diz que “há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade.” (NASCIMENTO, 2010. p. 9). É com essa frase que o autor inicia o livro em que trata de um dos maiores fenômenos do jornalismo no Brasil, o crescimento do Jornalismo sobre Investigações.

Para conseguirmos entender um pouco a diferença entre esses dois modelos, o jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigações, Nascimento (2010) usou



definições relatadas por jornalistas para jornalismo investigativo; esse modelo é aquele que “implica um trabalho ativo de produção do repórter” (NASCIMENTO, 2010. p. 21). É por esse motivo que o vazamento de informações por autoridades, terceiros que repassam descobertas e reprodução de qualquer tipo de revelação obtida por um investigador que não seja jornalista não é considerado um exemplo de jornalismo investigativo.

Para Nascimento, duas visões são levadas em conta quando tratamos de jornalismo investigativo. A primeira é a do sociólogo norte-americano John Thompson, que cita várias conseqüências negativas dos escândalos midiáticos. Para Thompson esse modelo de jornalismo ao divulgar escândalos danifica a democracia, pois enfraquece instituições e inventa um ceticismo que leva setores da população a desistirem do processo político. E a outra visão é a de Silvio Waisbord, que estuda o jornalismo investigativo na América do Sul, e defende alguns pontos opostos a Thompson. Ele acredita que o jornalismo investigativo tem um papel essencial no surgimento de escândalos midiáticos e diz que esse tipo de jornalismo tem problemas, mas justamente por revelar escândalos políticos fortalece a democracia. (NASCIMENTO, 2010. p. 52).

Nascimento (2010) realizou uma pesquisa para mostrar que o jornalismo sobre investigações vem crescendo no Brasil e se tornando uma tendência para os profissionais da comunicação. Nas últimas três décadas, diferentes revistas semanais brasileiras divulgaram denúncias que causaram um grande impacto na população. É por esse motivo que a análise feita por Solano, para mostrar o fenômeno do jornalismo sobre investigações, foi feita em três revistas brasileiras. O resultado obtido com a pesquisa foi:

Figura 1:



| Ano | Reportagens investigativas | Reportagens sobre investigações |
|------|----------------------------|---------------------------------|
| 1989 | 6 (75%) | 2 (25%) |
| 1994 | 9 (75%) | 3 (25%) |
| 1998 | 4 (45%) | 5 (55%) |
| 2002 | 13 (34%) | 25 (66%) |
| 2006 | 10 (30%) | 23 (70%) |

Fonte: Solano Nascimento, 2010

Após a análise, Nascimento (2010) chegou à outra questão; o porquê do aumento da publicação de reportagens com base em investigações oficiais. Sendo assim, mais uma pesquisa foi realizada envolvendo 15 jornalistas das revistas analisadas, onde foram listadas quatro causas para isso ter acontecido; são elas: causas extrarredações; causas relacionadas a empresas jornalísticas; causas relacionadas a empresas jornalísticas e jornalistas e causas relacionadas a jornalistas.

Começamos explicando a causa extrarredação; são as referências a alterações gravadas na história recente do país sem um vínculo direto com alterações ocorridas dentro dos veículos de comunicação. Resumindo o que os jornalistas apontaram: a melhoria no aparato de fiscalização no país e o fim da censura ocorrido com a redemocratização. (NASCIMENTO, 2010. p. 92).

A segunda causa é aquela relacionada a empresas jornalísticas; que é quando os jornalistas buscam se proteger de processos jurídicos contra eles mesmos ou contra a empresa em que trabalham. Com isso, o aumento das investigações em bases oficiais aumenta e oferece mais segurança para os jornalistas.

A terceira causa é a relacionada a empresas jornalísticas e a jornalistas; os jornalistas questionados apresentam duas razões para a causa do aumento das reportagens sobre investigações. A primeira é a cobertura do governo Collor, que funcionou como aprendizado e bom precedente para a publicação de reportagens com base em investigações oficiais; e a segunda razão foi o apreço por informações oficiais.

E por fim as causas relacionadas a jornalistas; onde grande parte dos profissionais parou de brigar para conseguir esse tipo de apuração e também pelos



próprios chefes que pararam de incentivar a investigação jornalística, ou seja, houve uma acomodação por parte de profissionais e veículos. Tudo isso aconteceu, pois muitas empresas e profissionais eram colocados na justiça por grandes nomes da política por fazer eles próprios o trabalho de investigação. (NASCIMENTO, 2010. p. 99).

O autor diz “a explosão do jornalismo sobre investigações não é um fenômeno individual, é uma tendência da imprensa.” (NASCIMENTO, 2010. p. 104). Para Nascimento (2010) investigações oficiais não são uma prática ruim ou que não podem ser usadas. Porém, o grande crescimento das reportagens sobre investigações preocupa. Por ter acesso só ao que lhe é oferecido das investigações oficiais, o repórter se expõe ao perigo de passar essas informações e ser usado pela fonte, pois ele não tem provas do que está publicando e sequer mais um ponto de vista. Matérias jornalísticas devem ser frutos de várias fontes, portanto um número enorme de denúncias não pode sair apenas de fontes oficiais, a reportagem deve ser fruto da própria investigação dos jornalistas. (NASCIMENTO, 2010. p. 102, 103). “Investigadores oficiais e imprensa devem ter atuações distintas.” (NASCIMENTO, 2010. P. 105).

2.4 Jornalismo Investigativo na televisão

A televisão surgiu no Brasil na década de 1950, e trouxe um formato novo de jornalismo, o telejornalismo. Foi com o surgimento do vídeo no fim da década de 1960, que a televisão sofreu uma enorme revolução. “Os telejornais ganharam mobilidade, atualidade e rapidez” (CORTEZE, 2015. p. 667).

De acordo com Corteze (2015) a televisão é avaliada pela audiência e por sua evolução tecnológica. Jornalistas de outros veículos, como rádio e jornais impressos podem sair às ruas sozinhos para realizar uma pauta, o que um jornalista de TV não consegue. Para a televisão as imagens são essências. E por trabalhar com imagem em movimento e som é o que a transformou a televisão no meio de comunicação mais eficiente no país.

Escrever o noticiário de televisão é um desafio. A diferença é que reportagens televisivas não precisam responder ao *lead* para manter um público cativo. (FERREIRA, 2015. p. 25). Apesar disso, para Ferreira (2015) ainda existe nas redações o termo denominado “grande reportagem”, escolhido como nome para as



matérias mais extensas. E é nesse tipo de reportagem que o fato é revelado por completo.

Durante a Ditadura Militar no Brasil a rede de televisão BBC, criou na Inglaterra um dos primeiros programas televisivos sobre jornalismo investigativo, no ano de 1953. É o programa “Panorama”⁶, que é exibido até hoje e é um dos programas carro chefe da emissora. Já no ano de 1958, surgiu nos Estados Unidos, na emissora CBS, o *60 minutes*, também considerado um dos pioneiros no ramo sobre investigações na televisão. No Brasil, o jornalismo investigativo na televisão se desenvolveu muito tempo depois. O telejornalismo investigativo teve um *boom* no mundo todo no ano de 1990. Apenas no Reino Unido foram ao ar mais de 300 programas considerados investigativos e mais uma série de programas exclusivamente investigativos. É nesse mesmo período que o jornalismo investigativo passou a ser veiculado na rede Globo de Televisão, no Brasil.

Duas reportagens que marcaram história na televisão brasileira foram a Favela Naval⁷ e a Máfia dos Fiscais⁸, ambas exibidas na Rede Globo de Televisão. Favela Naval é o nome de uma região de São Paulo, onde a equipe descobriu que policiais que deveriam proteger a população do local, não estavam fazendo o serviço, desviando da função que lhes foi dada. O caso foi investigado em 1997, e terminou na prisão de todos os envolvidos. A Máfia dos Fiscais também foi uma reportagem produzida em São Paulo; onde fiscais da prefeitura exigiam propina para liberar alvarás de estabelecimentos na cidade. O caso foi em 1998 e causou mobilização da população para a denúncia dos fiscais; 400 pessoas foram indiciadas e 40 foram condenadas.

Em 1991 foi criado no SBT o programa “Aqui Agora”, programa que marcou o sensacionalismo no Brasil. A Rede Record criou na década de 1990 dois programas jornalísticos: o Repórter Record e o Fala Brasil. O Repórter Record se destacou em 2006 depois de conquistar duas premiações de jornalismo investigativo do Prêmio Tim Lopes. O assunto das reportagens campeãs foi: o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e a outra a guerra de bicheiros pelo controle de caça níqueis no Rio de Janeiro. Porém, a Record também tinha um programa sensacionalista, o “Ratinho Livre”, que trazia apenas os fatos e os comentários do apresentador.

⁶ http://news.bbc.co.uk/panorama/hi/front_page/newsid_7753000/7753038.stm

⁷ <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/favela-naval.htm>

⁸ <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mafia-dos-fiscais/sobre.htm>



A emissora de televisão SBT, voltou a trabalhar com o Jornalismo Investigativo em 2005 e em 2010 colocou no ar o primeiro programa investigativo do canal, o “Conexão Repórter”.

O programa “Aqui Agora”, já citado, era apresentado por Gil Gomes e é considerado um dos primeiros programas denunciastas da televisão brasileira. Muitos consideram o jornalismo denunciasta uma prática do jornalismo investigativo, porém esse modelo é muito questionado, já que o que predomina nesse estilo de programa é o sensacionalismo.

É nessa mesma linha de pensamento que Burgh (2008) faz um comparativo com o modelo de Jornalismo Investigativo x Jornalismo de Denúncia. Na década de 1990 várias práticas questionáveis surgiram tachadas de jornalismo investigativo. O uso dessa arma se tornou lugar comum para ciladas falando algo que incrimine alguém. Para Burgh, os jornais tablóides ajudaram a desenvolver a inclinação dos leitores para esse tipo de leitura, manchando reputações por meio de levantamentos e de publicações de indiscrições maldosas.

REFERÊNCIAS

BURGH, Hugo De. *Jornalismo Investigativo: Contexto e Prática*. São Paulo: Roca, 2008;

CORTEZE, Priscila de Abreu. *O jornalismo Investigativo e o “trabalho dos cortadores de cana” – Profissão Repórter*. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/O%20JORNALISMO%20INVESTIGATIVO.pdf>. Acesso em: 18.abr.2015;

FERREIRA, Brunella Menezes. *Viagem pela grande reportagem televisiva: o desafio do jornalismo investigativo na Rede Globo no Brasil (1997- 2007)*. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1650/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Brunella.pdf>. Acesso em: 20.abr.2015;

FORTES, Leandro. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572442863/pages/_1. Acesso em: 28. mar. 2015;

HUNTER, Mark Lee. *A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>. Acesso em: 29.mar.15;

NASCIMENTO, Solano. *Os novos Escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Porto Arquipelágo, 2010;